

Geopolítica, fronteiras e movimentos sociais emergentes*

Geopolitics, borders and emerging social movements

Maria de Fátima Bento Ribeiro

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: mfabento@gmail.com

Resumo

Este texto refere-se ao movimento ecológico de mobilização contra o desaparecimento do patrimônio natural localizado na fronteira do Brasil com o Paraguai. Buscamos registrar no decorrer da escrita, a relevância desse movimento ecológico no período de redemocratização do Brasil. Para isso, retomamos a força do significado da palavra que deu nome ao movimento “Quarup Adeus Sete Quedas”, nosso foco, que representa originalmente um ritual indígena de vida e de morte, e, que nesses pressupostos, influenciou muitas manifestações. Quarup, então, tornou-se, no final da década de 1960 até o início dos anos 1980, uma referência de luta coletiva e de denúncia que emergiu na literatura, na dança e nos movimentos ecológicos fazendo parte do registro da nossa história. O trabalho que propomos, nesse viés científico, faz-se relevante pelo registro da memória desses movimentos questionadores da realidade social, refletindo sobre uma época de transformações e enfrentamento em defesa da natureza.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Emergentes, Fronteiras, Geopolítica, Itaipu, Patrimônio Natural.

Abstract

This text refers to the ecological movement of mobilization against the disappearance of the natural patrimony located on the border of Brazil and Paraguay. We seek to register in the course of the work, the relevance of this ecological movement in the period of redemocratization of Brazil. For this, we turn to the strength of the word's meaning that named the movement “Quarup Adeus Sete Quedas”, our focus, which originally represents an indigenous ritual of life and death, and which under these assumptions, influenced many manifestations. Quarup, then, became, in the late 1960s until the early 1980s, a reference for collective struggle and for denunciation that emerged in literature, dance and ecological movements as part of their cord of our history. The work that we propose, in this scientific bias, it is relevant for recording the memory of these movements that question social reality, reflecting on a time of transformations and confrontation in defense of nature.

Keywords: Emerging Social Movements, Borders, Geopolitics, Itaipu, Natural Patrimony.

* Recebido para publicação em 06/05/2020. Aceito para Publicação em 28/06/2020.



Introdução

A destruição da memória não afeta apenas o passado, como também o futuro (PAZ, 1989)

A memória é, sem dúvida, uma categoria de análise essencial na materialização de acontecimentos, de histórias, de afetos, e, com essa característica, destruí-la, tal como aponta Paz (1989), é um dano irreparável tanto ao passado quanto ao futuro. Essa proposição que salientamos pode ser observada ao longo deste texto que trata do registro de manifestações de protestos que questionaram os projetos de modernização efetuados pelo Estado autoritário. Os movimentos ecológicos, assim, emergem com força contra a destruição da natureza e a implantação de usinas nucleares tendo como cenário internacional a atuação dos movimentos pacifistas com o reaquecimento da guerra fria.

A relevância do presente trabalho, nesse viés científico, refere-se no registro da memória desses movimentos questionadores da realidade social, refletindo sobre uma época de transformações e enfrentamento de grupos formados por ativistas, intelectuais e artistas em defesa da natureza. A nosso entender, faz-se importante, então, que se reflita e que se questione sobre a forma como tratamos a questão ambiental, a indígena.

A título de metodologia, dividimos a escrita em duas seções: na primeira, procuramos registrar o movimento de protesto “Quarup Adeus Sete Quedas”, como um importante movimento ecológico marcado pela participação popular que emerge no contexto de “abertura política”, e ao trazer essa problemática também discutimos a geopolítica dos espaços da fronteira

entre o Brasil e o Paraguai; na segunda seção, tratamos da força da memória com relação a Sete Quedas como Patrimônio Natural do Paraná, finalizando com uma breve reflexão da importância do que foi tratado.

1. “Quarup Adeus Sete Quedas”, geopolítica e fronteiras

Iniciamos com a palavra Quarup diante tantos significados que representa. Primeiro, retomamos que Quarup, em seu sentido indígena, é um ritual que homenageia a vida e a morte, celebrado pelos povos da região do Xingu¹. Também, é o nome do romance de Antônio Callado, publicado em 1967, uma obra que problematiza questões históricas e políticas do Brasil em um período marcado pela ditadura militar.

É o nome de um espetáculo de dança apresentado pelo grupo *Ballet Stagium* que estreou no Teatro Municipal de São Paulo em 1977, inspirado no ritual indígena do alto Xingu que denunciava o genocídio dos índios e dos mortos e desaparecidos pela ditadura militar brasileira. Esse espetáculo retornou aos palcos 40 anos depois de sua estreia pela atualidade do tema. E no ano de 1989, aparece o filme de Ruy Guerra baseado no romance de Antônio Callado.

Nesse conjunto de representações, Quarup, foi, também, o nome escolhido para o

¹ De acordo com Darcy Ribeiro (2007), “Os índios do Xingu pertencem a várias tribos, falam línguas diferentes, mas com a cultura homogeneizada. São o único caso no mundo de tribos diferentes que substituíram a guerra pelo esporte: fizeram uma liga das nações, substituíram a tensão guerreira pela esportiva. Essa reserva tornou o contato mais difícil, permitiu que cidades não chegassem ali de imediato, permitiu ao índio preservar costumes, mudar mais lentamente” (p. 117).



movimento “Adeus Sete Quedas”, um protesto organizado contra o desaparecimento de uma cachoeira, que ocorreu no ano de 1982 pela formação do lago de Itaipu². Essa cachoeira era considerada a maior cachoeira em volume d’água do mundo, localizada na cidade de Guaíra no oeste do Paraná.

Pela forte representatividade, é esse movimento social emergente denominado “Quarup Adeus Sete Quedas” que desejamos retomar, que, na época, foi um festival de arte e ciência que reuniu milhares de pessoas. De acordo com um registro publicado nos jornais, o protesto foi agendado para a última semana que antecedia o alagamento e foram convidados artistas como Itamar Assunção e Jorge Mautner, intelectuais e ativistas do movimento ecológico, também, escritores como Fernando Gabeira, entre outros.

A inspiração no nome indígena, na explicação do organizador do evento, estava atrelada justamente nos significados do ritual dos índios do Xingu como sendo um ritual de morte, pois, o movimento de protesto questionava a forma como o projeto Itaipu estava sendo implantado, com a destruição dos espaços da região e o impacto nos seus moradores. Ao mesmo tempo, traziam sentidos atrelados ao ritual de vida, quando lançavam um movimento de defesa contra a destruição da natureza,

²A dissertação de Mestrado que resultou no livro intitulado “Memória do Concreto: vozes na construção de Itaipu” (2008), apresenta uma narrativa sobre o acontecimento. Para Ribeiro (2008), “A construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional foi iniciada em 1974. Afetou diretamente os municípios da região Oeste do Paraná - Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra – pois se fazia necessária a construção de um reservatório. Para isto, uma área de 1.350 quilômetros quadrados ficaria submersa – 780 km quadrado no Brasil e 570 Km quadrado no Paraguai” (p. 27).

denunciando os impactos da tecnologia, como a evolução das armas e das usinas nucleares. Vejamos a proposta do movimento publicada no Jornal do Estado do Paraná, no dia 25 de julho de 1982:

Quando uma das maiores belezas naturais do país é destruída em nome do “progresso” está na hora de parar e pensar nos rumos que a evolução tecnológica está tomando e a quem interessa de fato um projeto como Itaipu, responsável pela destruição de Sete Quedas, expulsão de milhares de colonos e dos últimos índios Guaranis. Isso sem falar dos últimos frutos desta evolução como armas e usinas nucleares e outras “maravilhas” da tecnologia (Jornal do Estado do Paraná, 1982, p.11).

54

O movimento “Quarup Adeus a Sete Quedas” que nesse acontecimento teve o seu início, com sede em Curitiba, estendeu-se para todo o país em protesto contra o desaparecimento de Sete Quedas provocado pelo processo da formação do Lago de Itaipu, mas, também, questionou, além disso, a expulsão dos colonos e dos índios, criticando a evolução tecnológica em nome do progresso em que vidas perdiam seu significado.

Esse movimento foi registrado no documentário de Frederico Füllgraf (1982), que elucida: “Quarup das Sete Quedas. Produzimos um réquiem simbólico, caboclo e furioso, para um ‘cacique’ terminal, esculpido em pedra e cinzelado pelas águas do Rio Paraná”³. O filme do

³Segue o link de acesso: Fonte: Disponível em:<<http://www.artesnaweb.com.br/index.php?pagina=home&abrir=arte&acervo=1652>>. Acesso em: 13/04/2020.



cinasta registra o desaparecimento das Sete Quedas narrado na voz da artista chilena Lota Moncada com texto da poesia de Carlos Drummond de Andrade(1982)⁴.

⁴ Nas palavras: “Sete quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram. Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta o mínimo arrepio. Aos mortos espanhóis aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaíra vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do planeta. Aqui outrora retumbaram vozes da natureza imaginosa, fértil em teatrais encenações de sonhos aos homens ofertadas sem contrato. Uma beleza-em-si, fantástico desenho corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno mostrava-se, despiase, doava-se em livre coito à humana vista extasiada. Toda a arquitetura, toda a engenharia de remotos egípcios e assírios em vão ousaria criar tal monumento. E desfaz-se por ingrata intervenção de tecnocratas. Aqui sete visões, sete esculturas de líquido perfil dissolvem-se entre cálculos computadorizados de um país que vai deixando de ser humano para tornar-se empresa gélida, mais nada. Faz-se do movimento uma represa da agitação faz-se um silêncio empresarial, de hidrelétrico projeto. Vamos oferecer todo o conforto que luz e força tarifadas geram à custa de outro bem que não tem preço nem resgate, empobrecendo a vida na feroz ilusão de enriquecê-la. Sete boiadas de água, sete touros brancos, de bilhões de touros brancos. Integrados, afundam-se em lagoa, e no vazio que forma alguma ocupará, que resta senão da natureza a dor sem gesto, a calada censura e a maldição que o tempo irá trazendo? Vinde povos estranhos, vinde irmãos brasileiros de todos os semblantes, vinde a ver e guarda não mais a obra de arte natural hoje cartão-postal a cores, melancólico, mas seu espectro ainda rorejante de irisadas pérolas de espuma e raiva, passando, circunvoando, entre pontes pênseis destruídas e o inútil pranto das coisas, sem acordar nenhum remorso, nenhuma culpa ardente e confessada. (“Assumimos a responsabilidade!Estamos construindo o Brasil grande!”). E patati patati patatá... Sete quedas por nós passaram, e não soubemos, ah, não soubemos amá-las, e todas sete foram mortas, e todas sete somem no ar, sete fantasmas, sete crimes dos vivos golpeando a vida que nunca mais renascerá” (ANDRADE, 1982). Ver: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Salto_de_Sete_Quedas>.

Acesso em: 28/04/2020.

Sete quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram. Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta o mínimo arrepio. Aos mortos espanhóis aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaíra vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do planeta (Andrade, 1982).

Os jornais, por sua vez, deram visibilidade ao protesto com o título de “Protesto silencioso no adeus a Sete Quedas”, na matéria veiculada em 25 de julho de 1982, que registrava o desaparecimento das quedas:

Três mil pessoas participaram da caminhada silenciosa em direção a Sete Quedas, ao som de um melancólico tambor. Entre o Salto 19 e o Salto 14, a caminhada fez sete paradas, durante as quais foram lidos trechos de um texto intitulado “Sete Quedas viverá até debaixo d’água”. A manifestação de protesto contra o desaparecimento das Sete Quedas em consequência da hidrelétrica de Itaipu deveria ter sido feita através de uma passeata, que foi proibida pela Polícia Militar de Guaíra. Assim, os manifestantes, que participam do acampamento ecológico em Guaíra, fizeram a caminhada silenciosa. Nas estreitas pontes que dão acesso às quedas, ocorreu um congestionamento nunca visto: além dos três mil manifestantes acampados, chegaram a Guaíra no final de semana dois mil turistas(Jornal do Estado do Paraná, 1982, p.11).

Füllgraf em texto publicado em abril de 1987, reverberava a relevância do movimento “Quarup Adeus Sete Quedas” e outros movimentos de protestos que marcaram a questão ecológica como uma pauta com características de um emergente movimento social, escrevendo o seguinte:

depois de quase uma década de atividades localizadas, mas também de ações espetacular com o “Quarup Sete Quedas”, acampamento de aproximadamente quatro mil ecologistas de todo o Brasil, que em 1982 ocuparam simbolicamente as sete quedas, hoje submersa por Itaipu, o nascimento de “Hiroshima nunca mais” (jornada anual contra as usinas nucleares de Angra dos Reis, a comemoração militante e ativa da Semana do Meio Ambiente (primeira semana de junho de cada mês), as manifestações pacifistas (promovidas por grupos religiosos, ecologistas e artistas, como por exemplo, o “Quarup da Paz” de outubro de 1986 no Rio de Janeiro), trouxe à cena um novo movimento social” (FULLGRAF, 1987, p. 8).

Assim como se mobilizaram questionando o projeto de Itaipu, o mesmo se deu com relação à questão das usinas nucleares que estavam sendo implementadas naquela década. O nome “Quarup”, como podemos verificar, faz parte de registros de protestos de um período sinalizado por violência, destruição da natureza, morte e desaparecimento de índios, de estudantes e de ativistas na América do Sul.

As ditaduras militares e o processo de “redemocratização” lento do início dos anos de 1982 do século passado é um período em que no mundo se intensificaram, a partir da década de 1980, a corrida armamentista com a segunda guerra fria, e, o medo da destruição por armas nucleares se acentuavam sob eclosão de uma nova guerra. Assim, destacava-se no noticiário a posição de “Quarup” contra todos os projetos de poder que acabavam produzindo a destruição da natureza.

O século XX, então, resume-se em um século marcado por guerras, radicalismo e autoritarismo. O confronto e o “medo” de uma guerra nuclear fazia parte do espírito da época, e, com a corrida armamentista dos anos 80, com o reaquecimento da guerra fria, esse medo era reverberado com força. Hobsbawm (1995), sobre esse século, comenta: “ele foi marcado pela guerra” (p. 54).

As guerras, segundo Hobsbawm (1995), exigiram organização que acabaram por “revolucionar a administração” e os avanços tecnológicos, por sua vez, aceleraram “o progresso técnico” (p. 54). Para o autor, trata-se de uma “crescente brutalidade e desumanidade do século XX” (HOBBSAWM, 1995, P. 56), fruto dessas guerras.

O filósofo Benjamin, também perplexo dos horrores causados pelo custo desumano do progresso e do seu poder de destruição, redige sua tese intitulada “Teses de Filosofia de História” abordando os conceitos de história. De acordo com Gagnebin (2018), esse trabalho foi escrito sob “o impacto do tratado de não agressão entre Stalin e Hitler de 23 de agosto de 1939”, em que o anjo da história avança, olhando as ruínas do passado.

Benjamin (1987) traz uma leitura imprescindível de questões sobre quando o progresso conduz destruição. Essa questão, a



meu entender, é a chave nas reflexões do filósofo em sua elaboração do conceito de história: “nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. É assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1987, p.227).

Thompson (1995), outro autor que nos interessa, nos anos 1980, coordenou o movimento de Desarmamento Nuclear Europeu(END), criando uma categoria nomeada de exterminismo para analisar e criticar o período de reaquecimento da guerra fria com a possibilidade de uma guerra nuclear. O conceito elaborado pelo historiador inglês serve como definição para os períodos de confronto nuclear, na participação dos movimentos pacifistas e ecológicos⁵.

E é sobre a destruição causada pelo progresso que o movimento “Quarup” em nosso país, propõe-se a falar. A inspiração em um ritual de morte é significativa, pois, como já tratamos nas páginas anteriores, simbolicamente, o nome retoma nossas raízes ancestrais de lendas e mitos com a lembrança de um ritual que remete a cultura indígena e, também, pode referir-se a uma manifestação de protesto contra a violência e o genocídio da população indígena.

Contudo, pode ser representativo, da mesma forma, da celebração da vida e da ressurreição, revelando uma mensagem de futuro, na força da união da participação do grupo. Segundo os organizadores do evento: “A ideia inspirada no Quarup, o festival indígena

onde o cacique morre é enterrado, mas ao mesmo tempo sua vida é perpetuada. O pai do cacique é Sete Quedas. Ele morre, mas nós os seus filhos ficamos mais fortes e lutaremos para que coisas como essas não aconteçam mais” (Jornal Estado do Paraná, 1982, p.3.9)

Aqui, refere-se ao movimento ecológico que ganhava visibilidade com a participação popular naquele momento de redemocratização brasileira em que a sociedade civil surgia no cenário. O sentimento era de que nada poderia ser feito contra o desaparecimento das quedas, pois, a morte estava anunciada, no entanto, como no ritual indígena, o que surgiu dessa cerimônia fúnebre foi a força do movimento ecológico como um recomeço nos movimentos organizados em nosso país. Esse ritual simbolicamente reforçava o chamado para futuras lutas em defesa da natureza contra o progresso que chegava com o avanço da tecnologia.

Um ritual de vida e de morte, de luta política, pois, com a morte “ficaremos mais forte e lutaremos”, uma mensagem de uma geração que estava começando a se erguer com a redemocratização no início década. De acordo com um fragmento da matéria no Jornal o Estado do Paraná, 1982:

Que o músico musique, que o cantor cante, o fotógrafo fotografe, o cineasta filme, o ator encene, o poeta poeta. Teremos então um festival de arte. Que o historiador rememore e registre, que o ecólogo o compreenda, o tecnólogo cientista social, o filósofo o reflitam. Haverá também um seminário, além das implicações e lições desse marco no relacionamento entre o homem e seu

⁵Na opinião do professor Edgar de Decca (1995), um dos responsáveis pela publicação dos importantes livros de Thompson no Brasil, “o custo que Thompson teve por militar nos movimentos pacifistas e nos movimentos antinucleares e ecológicos europeus foi de tamanha proporção que ele praticamente perdeu a vida na luta por esses ideais” (p. 114).



universo, que é o projeto Itaipu, num país que aparentemente se prepara para herdar o poder mundial (Jornal do Estado do Paraná, 1982, p. 39).

Tudo isso para que nada seja esquecido, afinal, como perguntou o filho ao pai, na belíssima obra de Marc Bloch (2001): “Para que serve a história?”, e a resposta é difundir o conhecimento, escrever quando nada mais resta a fazer, talvez, essa seja a missão dos historiadores.

No depoimento de um dos organizadores do evento, publicado no Jornal Estado do Paraná, surgia a utopia de um Brasil grande aparecer ao mencionar que o país “se prepara para herdar o poder mundial”. Com isso, podemos pensar que se cada época evoca um grande debate, nos anos que antecederam a destruição de Sete Quedas muito se debateu sobre o papel do Brasil na América do Sul em termos de geopolítica.

A questão do relacionamento do país com os vizinhos, no caso da Argentina e do Paraguai, gerava desconfiança das intenções imperialistas que estavam sempre presentes desde o tempo do império, em especial quando relacionadas às questões de fronteira. A Sete Quedas, então, foi um dos temas mais debatidos no final dos anos sessenta do século passado.

O Brasil, desde Juscelino Kubitschek, buscou uma aproximação com o Paraguai, que acabou se concretizando com maior intensidade no período dos governos militares. O Paraguai sempre olhou com certa desconfiança para o lado brasileiro, na medida em que a memória da guerra da Tríplice Aliança era muito forte. Já com relação à Argentina, o Paraguai sempre se relacionou melhor, quer seja pela questão econômica de utilizar os portos argentinos ou pela afinidade linguística.

O Paraguai sem saída para o mar foi dependente dos portos da Argentina, e a aproximação com o Brasil resultou depois de muitos contatos, com seu ponto alto na construção da Ponte da Amizade e de uma rodovia que liga o Paraguai ao porto de Paranaguá, no litoral brasileiro, uma importante conquista para o escoamento de produtos paraguaios⁶.

Sete Quedas, no meio desses assuntos, foi uma pauta que colocou a relação do Brasil com o Paraguai em xeque e causou um debate em ambos os países. De acordo com o historiador Menezes (1987), “a questão de sete quedas ou salto del Guaíra foi a maior controvérsia entre o Brasil e o Paraguai desde a Guerra da Tríplice Aliança” (p.68).

A raiz da questão encontra-se, pelo nosso entendimento, na demarcação da fronteira entre os dois países, um problema que quase gerou um embate para além dos discursos. Na narrativa de Menezes (1987), “em junho de 1965 um pequeno número de soldados brasileiros pertencentes à Quinta Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guaíra, no Estado do Paraná, ocupou uma pequena faixa de terra próxima a Sete Quedas, a três quilômetros da fronteira com o Paraguai” (p.69).

Paraguai, assim, questionou essa presença brasileira na fronteira, e esse impasse levou a vários questionamentos, dentre eles, a forma como o Brasil, ao longo de sua história, lidou com a problemática da fronteira entre os países da América do Sul. De acordo com o trabalho “Usina de Itaipu”, de Sória (2012):

⁶ Para esse debate, sugerimos a leitura do livro “A Herança de Stroessner: Brasil- Paraguai (1955-1980)” do historiador Alfredo da Mota Menezes (1987).



O Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e Espanha para definir os limites das colônias sul-americanas, realizava a permuta de territórios, revoga o tratado de Tordesilhas e os demais tratados correlatos. A demarcação de fronteira entre o Brasil e o Paraguai estipulada nesse Tratado marca, em tese, o começo da história política de Itaipu (SÓRIA, 2012, p. 50).

Moniz Bandeira (1998) registra o “Tratado de Madri, com o qual o Brasil ganhou praticamente seus contornos definitivos” (p. 34). Para ele, o Tratado da Tríplice Aliança fixava novamente os limites, conforme também descrevia Bandeira (1998), “o império do Brasil, por sua vez, apoderar-se-ia de cerca de um terço de território do Paraguai” (p.129).

Na visão de Bandeira (1998), “as razões geopolíticas, pelas quais Portugal e Espanha se bateram na época da colonização, marcaram o relacionamento do Brasil com seus vizinhos, sobretudo a Argentina, dificultando, várias vezes, a inteligência e a solução racional de litígios” (p. 17). Nesse contexto, o expansionismo português no Prata deixou uma memória de desconfiança nos portenhos que se perpetua também com relação ao Brasil, e a Guerra da Tríplice Aliança na memória dos Paraguaiois.

Ainda para o autor, “apesar do triunfo do Brasil, ao demarcar conforme suas conveniências geopolíticas, as fronteiras da Argentina com o Paraguai e a Bolívia, este episódio assinalou, entretanto, o ápice de sua política colonial e imperialista na Bacia do Prata” (BANDEIRA, 1998, p.140).Nesse sentido, não foi por acaso, que o principal parceiro do Paraguai foi a Argentina.

Menezes (1987),a respeito dessa crise que se inicia pela questão da demarcação da fronteira com relação a Sete Quedas, menciona:

A fronteira Brasil-Paraguai, na região de Guairá, deste o Tratado de 1872, na interpretação paraguaia, possuía uma demarcação de limites obscura e como o Brasil desejava usar aquela parte do rio Paraná para construir uma hidrelétrica, o Paraguai começou uma campanha contra o Brasil, o que veio a atrapalhar a crescente relação entre os dois países (MENEZES, 1987, p.64).

Nesse ponto específico, diante às 59 discussões existentes na época colocava-se uma pergunta: Porque a construção de Itaipu se deu entre o Brasil e o Paraguai? Depois de muitos debates relacionados à fronteira com o Paraguai, o Brasil defendia a tese que Sete Quedas fazia parte do seu território, e o Paraguai, não aceitava essa tese.

A demanda acabou sendo resolvida por meio dos órgãos responsáveis no arbitramento de disputas internacionais que, no caso brasileiro, competia ao Itamaraty. Na memória de Barbosa (1992), em seu livro “Na diplomacia o Traço todo da Vida”, revelam-se as formas como foram conduzidas as questões relacionadas ao litígio da fronteira do Brasil com o Paraguai.

Nesse certame, prevaleceram os interesses de cooperação bilaterais como forma de anular os embates na fronteira entre os dois países, aparecendo a assinatura, em 1973, do tratado de Itaipu Binacional como solução do problema que existia. A certeza era de que, a partir do alagamento de Sete Quedas, não se teria mais discussões quanto à divisão territorial,



mas, de acordo com as memórias de Barbosa (1992), a imagem do regime implantado em 1964 estava gerando fortes críticas no exterior, e, havia também, a questão da guerra da Tríplice Aliança muito presente na memória da população do Paraguai.

Caberia ressaltarmos que o Brasil a partir de 1964, iniciou um regime em que as manifestações estudantis e as das classes trabalhadoras, antes em voga, cederam lugar para “grupos específicos” (GOHN, 2019, p.68) nas lutas de resistência. Os anos 70, por exemplo, na leitura de Gohn (2019), foram de resistência contra o regime militar em um ambiente hostil, e, nos anos 80, tivemos “uma forma de resistência popular ao Estado autoritário e ao capitalismo”(p.73).

Nesse momento, entraram com força os movimentos ecológicos como os movimentos antinucleares de oposição contra o programa nuclear brasileiro. Na informação de Chaves (2014),

a usina Angra I foi a primeira usina nuclear do Brasil, as obras de construção foram iniciadas em março de 1972 e se estenderam até 1981, quando a usina recebeu autorização provisória do CNEN para funcionar. A usina foi ligada pela primeira vez em março de 1982, dez anos após o início das obras (CHAVES, 2014, p.84).

No cenário internacional, a década de 1970 foi marcada pela institucionalização dos debates ambientais. No ano de 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo que teve importância pelo conceito de “desenvolvimento sustentável” lá discutido.

No Brasil, Brandão (2005) citando o trabalho de Viola classifica os movimentos

ecológicos em três momentos: a primeira fase, no período de 1974 a 1981, como ambientalista, a segunda, entre 1982 a 1985, como sendo o ecologismo em transição e, a terceira, em 1986, com a opção ecológica, fundando-se o partido verde.

Essa segunda etapa, chamada “ecologismo de transição”, correspondente ao período da “abertura democrática”. Na explicação de Brandão (2005), é

quando começa uma aproximação entre as entidades de mobilização ambiental e o processo político, ao lado do surgimento e fortalecimento de movimentos urbanos com agenda ambiental e de aproximação entre as comunidades rurais alternativas e os movimentos de denúncia e mobilização (BRANDÃO, 2005, p. 155).

Os protestos reuniram diferentes entidades e artistas na mobilização ambiental, indo ao encontro com o período que Brandão(2005) reconhece como “ecologismo de transição”, e esse seria o momento do fortalecimento de uma agenda ambiental com outras comunidades e movimentos. Com o alagamento de Sete Quedas para a formação do Lago de Itaipu, o litígio da fronteira estava solucionado, e Brasil e Paraguai em conjunto colocavam em funcionamento a maior hidrelétrica já construída.

2. Paisagem e memória

No ano de 2000, com o problema do “apagão brasileiro”, o Operador Nacional de Sistema (ONS) solicitou à Itaipu que aumentasse sua produção de energia, e a usina, para atingir a carga máxima de produção de energia e obter o recorde, provocou o rebaixamento do Lago que



ocasionou novamente em uma modificação na paisagem em mais de 160 km de extensão, entre Foz do Iguaçu e Guaíra.

O que reapareceu nesse espaço foram ruínas de outras memórias: no lugar do Lago de Itaipu que formava as praias artificiais da região oeste paranaense, lotado de banhistas nos dias quentes, servindo, também, de atrativo turístico para a região, surgiu um espaço barrento, com rastros de casas e de objetos que a água não havia destruído nos 18 anos em que estiveram submersos. Ali, reapareceram marcas de outras histórias, referências das memórias dos antigos moradores daquele lugar (cf. RIBEIRO, 2000).

Para os habitantes da cidade de Guaíra que já tinham perdido uma das mais belas paisagens do Paraná, o salto de Sete Quedas, o rebaixamento do Lago foi ainda mais impactante. Os mais antigos jamais esqueceram o som emanado da bela queda, sentido evocado principalmente nos dias de chuva que podem remeter a uma forte memória do lugar.

De acordo com a notícia do Jornal “O Estado do Paraná” (2000) na época do rebaixamento: “enquanto permaneceram submersas, Sete Quedas silenciaram. Agora, até a uma distância de cinco quilômetros é possível ouvir o som que sai das corredeiras dos saltos”. Nessa situação, os moradores paranaenses enviaram um documento ao Diretor da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, solicitando que a usina mantivesse um nível mais baixo para “trazer à tona o espetáculo interrompido” (BAZZANELLA, 2013). Mas, o Diretor respondeu que “Itaipu foi construída com a missão primordial de fornecer energia elétrica para o Brasil e Paraguai” (BAZZANELLA, 2013).

Sete Quedas é uma das referências de Patrimônio Natural do Paraná⁷, aparecendo no site do Governo do Estado com a seguinte descrição: “patrimônio submerso pela represa de Itaipu” (SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA, s.d). Portanto, trata-se de um patrimônio natural que faz parte da história da região, da memória de seus habitantes, e a perda desse espaço é considerada como uma perda ambiental e uma violência com a memória. Memória que é parte essencial do patrimônio, dimensão imaterial do patrimônio. Aqui, é a memória do lugar que conecta os antigos moradores.

De acordo com a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003 (UNESCO, 2003), as representações estão relacionadas com o sentimento de identidade e de pertencimento, presente nas histórias, nas lendas e nos mitos do lugar. Nesse sentido, o Patrimônio Cultural inclui elementos da memória e tem uma relação com a identidade, sendo o patrimônio um conjunto de bens materiais e imateriais, que evocam lembranças de um tempo.

Sete Quedas, mesmo submersa, é um recurso patrimonial presente na memória dos antigos moradores e, presente também, na seleção de bens patrimoniais do Paraná, pois, compõe a lista do Patrimônio Natural do Estado do Paraná. Se a Paisagem Cultural compartilhada pela UNESCO em 1992 é composta por elementos naturais, culturais e imateriais, encontramos nesse espaço todos os elementos articulados.

⁷ São outras referências: Sete Quedas (patrimônio submerso pela represa de Itaipu), Cataratas do Iguaçu (patrimônio mundial e Parque Nacional), Vila Velha (bem tombado pelo Estado do Paraná), Baía de Paranaguá (a segunda maior baía do Brasil), Parque de Guartelá (o terceiro maior canyon do Brasil e do Parque Estadual), Mata de Araucária (árvore símbolo do Paraná e do Parque Nacional) e Mata Atlântica (patrimônio mundial com grande área preservada no Paraná).



Neste ponto, cabe mencionarmos o texto de Delphim (2010) que comenta sobre bens de valor patrimonial pelo *International Council on Site and Monuments* (ICOMOS). A carta de espírito dos lugares escrita pelo autor destaca:

O espírito dos lugares sempre desempenhou um papel decisivo na vida dos indivíduos e dos povos desde a antiguidade. Lugares e paisagens apresentam aspectos especiais e mesmo essenciais ao ser humano. Não apenas as pessoas, mas também grupos sociais inteiros sentem-se atraídos por características particulares de certos sítios e ambientes naturais, podendo ocorrer que alguns cheguem a despertar sentimentos de tal dimensão, que acabem por se tornarem sagrados (DELPHIM, 2010, p. 33).

Na mesma direção, para Santos (2006), as “paisagens compõe um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente compõe uma área” (p. 66). Se bem entendemos os autores, podemos escrever que Itaipu compõe um conjunto de elementos naturais e artificiais, desde o conjunto arquitetônico da barragem até o Lago, e nos espaços reinventados surgem novas territorialidades e, conseqüentemente, novas memórias juntamente com a produção do esquecimento. O Lago, por exemplo, transforma-se em paisagem da memória vista de forma diferenciada por seus moradores.

No passado, considerando a narrativa de um dos agricultores desapropriado que, talvez, tenha migrado para o Estado de Rondônia ou para o Paraguai, a representação do Lago é concebida como “um lago de sangue e suor” (RIBEIRO, 2000). Já na contemporaneidade, o Lago é um atrativo turístico explorado pelas prefeituras locais dos municípios que surgiram e cresceram no seu entorno. Dessa forma, o Lago de Itaipu e a própria hidrelétrica produzem e provocam esse movimento da memória.

De todo modo, são diversas identidades e memórias presentes na paisagem formadora da região. A monumental barragem é uma mescla de várias tradições, e a partir de Itaipu, temos uma nova paisagem com um conjunto arquitetônico da barragem e do Lago com as praias artificiais da região e os novos municípios que se formaram ao longo dele. Não deixando de lado, o cenário da região que antes da barragem também já havia sofrido transformações pela ação dos homens na agricultura e na pecuária.

Nessa perspectiva, Itaipu promove a reinvenção dos espaços na região da fronteira do Brasil com o Paraguai, desde Foz do Iguaçu até Guaíra. Pautando-nos nas reflexões de Delphim (2010) ao abordar “o espírito da paisagem”, podemos pensar que existem dois movimentos. O primeiro, referindo-se ao que havia antes do Lago:

Edificações, sítios, paisagens, rotas e objetos e intangíveis com as memórias, narrativas, documentos escritos e tradição oral, rituais, festivais, sentimento de sagrado e de adorações, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, e outras, ou seja, os elementos físicos e espirituais que dão significado, emoção, sentimento e mistério ao lugar (DELPHIM, 2010, p.32).

E o segundo movimento, referindo-se ao que existe depois do Lago: novas edificações, novos sítios, novas paisagens, novas rotas, novos objetos etc., memórias que interagem entre si em diferentes níveis. Conforme o autor citado, “o bem material, tangível, não é mais considerado de forma destacada do espírito do lugar, seu componente intangível. Nada há de adverso entre eles, ambos se interagem e se edificam de forma mútua e recíproca” (DELPHIM, 2010, p. 32).



Nesse sentido, os espaços da fronteira do Brasil com o Paraguai são portadores de muitas histórias e memórias. Itaipu, por exemplo, palavra indígena que continua sendo reverberada pela potente hidrelétrica, já que a construção da barragem foi um evento que provocou transformações nos espaços da região fronteira, deixando marcas acessadas pela força histórica de conhecimento que carrega a ruína, tal como nos ensina Walter Benjamin (1987).

Considerações Finais

De todas as considerações expostas, podemos escrever que o espírito da época revela uma forte crítica emanada por diferentes grupos emergentes da sociedade civil à forma autoritária de implementação de projetos de desenvolvimento. Surgem, assim, protestos em diversas áreas técnicas como na academia através das artes, da literatura, do cinema, da dança ou da poesia, como nos exemplos antes explicitados: o livro de Antônio Callado, o espetáculo de dança e o próprio “Quarup”, promovendo reflexões como uma poderosa arma de denúncia da realidade nacional. Materializam-se, dessa forma, mensagens de resistência e de esperança de outra história a ser reescrita para o nosso país.

Tais manifestações revelam também as estratégias do Itamaraty na busca de soluções dos problemas geopolíticos para a fronteira. A título de exemplificação, retomamos o fato do projeto de Itaipu ter sido conduzido pela poderosa instituição desde o Barão do Rio Branco que trata das questões de limites, e não pela Eletrobrás que é o órgão responsável, em tese, pelo setor elétrico. A questão Sete Quedas Salto del Guáira foi, sem dúvidas, uma das maiores

controvérsias entre o Brasil e o Paraguai desde a Guerra da Tríplice Aliança (cf. MENEZES, 1987).

Apresentamos, nessa linha que nos conduz, a sociedade civil se articulando para protestar contra a “destruição” da natureza em que a transição do movimento ecológico se processa. O protesto em Guaíra pelo desaparecimento de Sete Quedas corresponde à segunda etapa do movimento ecológico no Brasil, esta nomeada como “ecologismo em transição”, no período de 1982 a 1985. A outra etapa trata-se da opção ecológica em 1986, que se inicia com a fundação do partido verde (cf. BRANDÃO, 2005). Nesse contexto, entram em cena os movimentos sociais emergentes em que as pautas referem-se à natureza e à tecnologia que faziam parte do espírito da época.

Não foi por acaso que o *Ballet Stagium* trouxe na sua apresentação uma cerimônia ancorada no ritual Quarup dos índios do Xingu como uma forma de denúncia contra os mortos e os desaparecidos. O programa do *ballet* trouxe o Manifesto Antropófago, de Oswald de Andrade (1928), em que trata de uma revisão dos padrões culturais em pauta, precisamente 1927, período em que se buscava raízes da formação brasileira na valorização da cultura indígena, nacional.

Para Fonseca (2007), “o projeto da Antropofagia, veiculado pelo escritor pretende ser a manifestação de uma realidade oriunda das raízes culturais do ameríndio, na base da tradição formadora do país, e que exclui o caráter de exotismo que o europeu lida com o tema” (p. 206). Para ela, trata-se de um manifesto contrário ao grupo verde-amarelo de Plínio Salgado. E, sendo assim, Quarup de Callado (1967) e *Ballet Stagium* são manifestos contra o Estado autoritário.

O *Ballet Stagium* tal como o Manifesto de Oswald de Andrade (1928), a nosso ver, retomam elementos da cultura indígena como forma de



reflexão, pois, continuam os indígenas sendo forçados a abandonar suas terras e exterminados pelos projetos de poder, da mesma forma como denunciava Oswald, indignado com o processo de colonização.

Quarup na obra de Callado (1967), *Ballet Stagium* e “Quarup Adeus Sete Quedas”, como movimentos protestantes quer seja contra o desaparecimento de Sete Quedas ou contra a instalação de usinas nucleares, convocam à indignação, à reflexão e à denúncia dos mortos e dos desaparecidos naquele período.

No conjunto, pelo nosso entendimento, “Quarup Adeus Sete Quedas” tem certo destaque diante sua participação na sociedade civil, no processo de redemocratização do Brasil. Porém, os três movimentos trazem uma possibilidade de renascimento uma vez que o ritual indígena é um rito que “sintetiza o recomeço enquanto realiza uma celebração da vida” (BENDER, 2011), sendo uma mensagem de possibilidade que a história tem de ser reescrita de outra forma. Eis a importância dos movimentos sociais emergentes no nosso ponto de vista!

Referências

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai, Paraguai, da colonização à guerra da tríplice aliança*. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BARBOZA, Mario G. **Na Diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992

BAZZANELLA, Roderson. Abaixo Assinado “Queremos as Sete Quedas de volta”. 2013. Fonte: Disponível em:

<<https://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/10741#inicio>>. Acesso em: 15/04/2017.

BENDER, Mires Batista. “Você sabe o que é um Quarup. 2011. Fonte: Disponível em: <<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-o-que-e-um-quarup/>>. Acesso em: 15/04/2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política* (obras escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *As flores de Abril: movimentos sociais e educação ambiental*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Chaves, Rodrigo Moraes. *O Programa Nuclear e a construção da democracia: Análise da oposição ao Programa Nuclear Brasileiro (1975-1990)*. 2014. 173p. Dissertação, Mestrado em História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do centro de pesquisa e documentação. Rio de Janeiro, 2014.

DECCA, Edgar. Thompson: um personagem dissidente e libertário. *Revista Projeto História*. São Paulo. 12 ed. out., 1995. p. 109-118.

DELPHIN, Carlos Fernando de M. O espírito da paisagem. *Revista brasileira de horticultura ornamental*. Lavras-MG. v.16, 2010. P.31-33

FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2007.

FULLGRAF, Frederico. Movimentos sociais emergentes. *Tempo e Presença*. Abril, 1987, p. 6-11.

GAGNEBIN, Jean Maria. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: N-1 Edições. 1 ed., 2018.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e Democracia no Brasil: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.



HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX:1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

JORNAL O ESTADO O PARANÁ. “Protesto silencioso no Adeus a Sete Quedas”.Paraná, 09 jan. 2000. Fonte: Disponível em:<<https://br.pinterest.com/pin/82824080618506204/>>. Acesso em: 23/04/2020.

MENEZES, Alfredo da Mota.A *Herança de Stroessner*: Brasil- Paraguai (1955-1980). Papyrus. 1985.

PAZ, Octavio. Entrevista, Caderno “Ilustrada”, Folha de São Paulo, 19 de novembro de 1989.

RIBEIRO, Darcy. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memória do Concreto*: vozes na construção de Itaipu. 2 ed. Cascavel: Edunioeste: 2008.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. A reinvenção da Paisagem e os espaços da memória. In:SOUZA, Álvaro José; SOUZA, Edson. B.C; MAGNOMI JUNIOR, Lourenço (Org.). *Paisagem Território e Região*: em busca da identidade. Cascavel: Edunioeste, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÓRIA, Miguel. *Usina de Itaipu*: integração energética entre Brasil e Paraguai uma síntese histórica de Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2012.

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA. *Patrimônio Cultural*. s.d. Fonte: Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=21>>. Acesso em: 07/04/2017.

Thompson, Edward. Notas sobre o exterminismo, estágio final da civilização. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 15-57.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Fonte Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>. Acesso em: 22/03/2017.

